

Passada a eleição, ajuste pode dar certo

CORREIO BRASILIENSE

Regina Alvarez

Da equipe do Correio

A comparação é inevitável. A pergunta está na cabeça de cada um de nós. Por que agora daria certo? O que nos garante que o pacote fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, na semana passada vai efetivamente melhorar as contas públicas, afastando o fantasma da crise mundial, de um ataque especulativo, da desvalorização da moeda?

A experiência frustrada do chamado Pacote 51, lançado no final do ano passado para fazer frente à crise da Ásia, deixou a imagem do governo arranhada, especialmente em relação à sua capacidade de fazer o dever de casa, ou seja, cortar gastos. De lá para cá as contas pioraram, mas uma análise dos dois momentos pode levar a algumas conclusões e a principal é que agora as chances de dar certo são realmente maiores.

O Pacote 51 tentou subverter sem sucesso uma antiga tradição brasileira. Ano eleitoral não combina com austeridade e mesmo as receitas tendo crescido R\$ 23,5 bilhões em relação a 1997, com o aumento de impostos, o ajuste das contas não foi possível, porque as despesas também aumentaram quase na mesma proporção.

Os cortes no orçamento feitos em janeiro foram modestos em relação aos previstos para 1999: R\$ 1,7 bilhão nas despesas de custeio; R\$ 500 milhões na área de investimentos. E ao longo do ano o orçamento foi esticando para atender as muitas demandas. Algumas demandas sociais, é verdade. Ou seriam eleitorais?

A perspectiva da eleição esteve presente o tempo todo. No discurso e nas ações do governo. O próprio Pacote 51 teve a preocupação de preservar as áreas sociais e o corte nas despesas com investimentos foi residual. Os R\$ 500 milhões representavam 6% do valor dos projetos. Desta vez, serão cortadas 52% dessas despesas, entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 5 bilhões.

O Programa Brasil em Ação foi preservado em novembro passado, porque era o cartão de visitas do governo. Permitiria a retomada do crescimento econômico, prometia o presidente Fernando Henrique. Nada disso aconteceu, por causa da crise internacional, mas o programa serviu de propaganda para o governo por um bom tempo.

Os gastos sociais não só foram preservados dos cortes como aumentaram R\$ 1,6 bilhões em relação a 1997. Dá para criticar o governo por gastar mais com saúde e educação num país como o Brasil? Não, é claro. Mas será que num ano sem eleição a preocupação com o social estaria tão aguçada? É bom lembrar que no pacote da semana passada ninguém foi poupadão. As áreas sociais tiveram um corte de 10% nas despesas de custeio e os projetos serão ainda mais sacrificados.

E o reajuste de 28,86% para os funcionários públicos? O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou em março que fosse pago o reajuste para 11 funcionários. Em julho, o governo decidiu estendê-lo a todo o funcionalismo, argumentando que o melhor seria fazer logo um acordo para o pagamento dos atrasados em parcelas do que es-

perar que a Justiça decidesse de outra forma. Será que também essa decisão não teve motivação eleitoral? O fato é que os gastos com pessoal serão R\$ 2,2 bilhões maiores este ano, em relação a 1997.

E a redução do IPI dos automóveis, que provocou perda na arrecadação? Os exemplos não são poucos de como o controle das contas públicas num ano de eleição fica mais difícil. Porém, isso tudo já é passado e a mesma tradição brasileira mostra que o primeiro ano de qualquer governo é de austeridade.

Além disso, a concepção do atual pacote é totalmente diferente daquela de novembro passado. No pacote 51 foi colocado um amontoado de medidas de última hora, algumas com chances remotas de darem certo. O Brasil precisava dar uma resposta rápida ao mercado internacional. Agora, o governo foi mais criterioso e escolheu setores estratégicos para concentrar o peso do ajuste. Além disso, está jogando pesado para convencer a sociedade de que este é o caminho.

Os cortes foram mais profundos, chegando a R\$ 8,7 bilhões de um total de R\$ 43 bilhões dos gastos com custeio e investimento. O novo regime fiscal e as a novas regras para o setor público, especialmente em relação aos gastos com pessoal, também apontam para uma mudança estrutural no trato com as contas. Mas ainda assim o governo continua refém do mercado internacional e do humor dos investidores. Precisa, rapidamente, reconquistar a confiança no país e baixar os juros. Caso contrário, o sacrifício dos brasileiros será mais uma vez em vão.